



REVISTA
DE
CULTURA
VISUAL

Produção do espaço e resistência: uma reflexão sobre cartazes de contestação

Kando Fukushima & Marilda Lopes Pinheiro Queluz

Resumo:

O presente artigo discute as apropriações de espaços públicos para a distribuição de cartazes de contestação política. Os exemplos foram fotografados em duas cidades brasileiras, Curitiba-PR e São Paulo-SP, durante os anos 2015 e 2017. Ao contrário dos cartazes encontrados em suportes institucionalizados do mobiliário urbano dedicados a esta finalidade, que normalmente são utilizados para a propaganda de estado e publicidade de grandes empresas, os exemplos desse trabalho registram os usos irregulares do espaço da cidade. Nesses casos, além da discussão a respeito do próprio uso e apropriação desses suportes, pretende-se evidenciar temas e tensões sociais do cotidiano através da análise de alguns desses cartazes. O viés teórico é fundamentado principalmente pelo conceito de "produção do espaço" de Henri Lefebvre, que enfatiza o processo político, cultural, social e econômico envolvido na discussão sobre a cidade, reconhecendo a complexidade dos fatores envolvidos no tema e as limitações de abordagens disciplinares restritivas. Pretende-se problematizar essa produção, de maneira que possa ser pensada como prática autônoma e legítima de resistência e apropriação do espaço da cidade.

Palavras-chave: Produção do espaço, Cartazes, Contestação política

Abstract:

The present paper discusses the appropriation of public spaces for the distribution of protest posters. The examples are pictures taken in two Brazilian cities, Curitiba and São Paulo, during the years of 2015 and 2017. Instead of the posters found in regular displays, usually dedicated for propaganda and advertisement of big companies, the examples in this work present the irregular uses of the city space. Beyond the discussion about the uses and appropriation itself, it is intended to show themes and social tension of everyday life through the analysis of some of these posters. The theoretical approach is mainly from the concept of "production of space" from



Henri Lefebvre, who emphasizes the political, cultural, social and economical process in the discussion about the city, recognizing the complexity of factors related and the limitations of restrictive disciplinary approach. The purpose is to problematize this production, as means of considering this subject as an autonomous and a legitimate practice of resistance and appropriation of urban space.

Keywords: Production of space; Posters; Protest

Introdução

Os cartazes produzidos como formas de contestação, quando percebidos pelos transeuntes dessa maneira, evidenciam uma demanda pela expressão de ideias, provocações sobre temas políticos e do nosso cotidiano, dentre diversas possibilidades que os meios institucionalizados não contemplam normalmente.

Os registros dos cartazes neste artigo serão apresentados de maneira que considerem as suas materialidades, seus conteúdos textuais e imagéticos, suas relações com o espaço da cidade e breves contextualizações dos temas abordados. O intuito é poder verificar como a linguagem utilizada influi e é influenciada por seus contextos específicos. Assim, pretende-se localizar mais precisamente as contingências sociais relacionadas com cada caso e refletir sobre as possibilidades de uso do espaço urbano através da produção e circulação desses artefatos gráficos.

Uma das maneiras de se referir a esse tipo de produção no Brasil é chamar esses cartazes de "lambes" ou "lambe-lambe". A origem do termo está relacionada com a técnica de fixação nos suportes, geralmente com rolos embebidos com colas de preparo caseiro e que são utilizados sobre o impresso. As colas podem ser feitas com misturas de água, vinagre e amido de milho, farinha de trigo, polvilho doce ou mesmo com a diluição da cola branca comum. O tamanho, estilo, técnica de impressão dos lambe-lambes são bastante variados, incluindo peças únicas, produzidas manualmente, ou tiragens pequenas em fotocopiadoras, serigrafia e outros processos de impressão. Diferentemente de um cartaz institucional, os *lambe-lambes* não estarão afixados num edital, mural de uma instituição ou nos espaços previamente planejados do mobiliário urbano. Eles se encontram em locais, muitas vezes, inusitados, atrás de uma placa de trânsito, por cima de outro cartaz ou estampando uma lixeira, numa apropriação do espaço da cidade como prática de resistência. Todos os exemplos escolhidos se referem a questões políticas e sociais de grande abrangência, porém, tratam destes aspectos de modo mais ou menos específico, evidenciando a diversidade de abordagens que utilizam os cartazes como meios de contestação.



As imagens selecionadas para esse trabalho são registros fotográficos realizados durante os anos de 2016 e 2017 em duas cidades brasileiras, Curitiba, capital do estado do Paraná e São Paulo, capital do estado de São Paulo, como parte de uma pesquisa sobre os usos do espaço urbano para a comunicação visual distintos daqueles prescritos pelos interesses hegemônicos.

Os cartazes escolhidos foram separados em três categorias temáticas: 1) *memória*, com cartazes que tratam de momentos históricos brasileiros marcantes do século XX; 2) *políticas públicas*, com exemplos relacionados especificamente ao movimento contra alterações recentes na legislação brasileira; 3) *cotidiano*, em que são apontados aspectos mais claramente próximos de problemas sociais do dia-a-dia, nos exemplos, através da questão de violência contra as mulheres e racial. Com as análises, pretende-se reconhecer e evidenciar alguns movimentos de contestação, particularmente nas iniciativas mais democráticas e horizontais do cotidiano.

1. O espaço dos cartazes

O principal aporte teórico considerado para discutir as apropriações do espaço urbano neste trabalho são as contribuições de Henri Lefebvre (1901-1991) e seu conceito de produção do espaço. Por este viés, destaca-se a centralidade da participação popular e a crítica à construção do discurso tecnológico que permeia o pensamento hegemônico sobre a cidade. O autor também propõe a elaboração de uma abordagem analítica dos problemas que envolvem o cotidiano do cidadão, reconhecendo as limitações de abordagens disciplinares "parcelares" (Lefebvre, 1991, 2003).

Lefebvre argumenta que as tensões e negociações do campo social se concretizam no espaço e, portanto, não podem ser ignoradas. Diante disso, no entanto, não se pode esquecer sua materialidade. Segundo Ester Limonad (1999: 80):

Lefebvre em sua obra sobre a produção do espaço, entretanto, não coloca a luta de classes e as relações de produção num plano secundário em relação às relações espaciais de produção, mas num mesmo plano, e não limita a reprodução geral das relações sociais de produção apenas a uma esfera (da produção, da circulação ou do consumo).

Em outras palavras, entende-se que Lefebvre é um autor que articula a discussão sobre a cidade, sua materialidade e seus usos, com as contingências sociais, políticas e culturais de um determinado momento histórico. Christian Schmid (2012) escreve sobre o conceito de tempo e espaço em Lefebvre:



Como eles são produzidos socialmente, só podem ser compreendidos no contexto de uma sociedade específica. Dessa forma, espaço e tempo não são apenas relacionais mas fundamentalmente históricos. Isso demanda uma análise capaz de considerar as constelações sociais, relações de poder e conflitos relevantes em cada situação (Schmid, 2012: 91).

A partir desse ponto de vista, considera-se a análise dos cartazes como uma maneira de refletir sobre a vida na cidade, as formas de ocupar e organizar o espaço. Nessa abordagem, argumenta-se que no cotidiano podemos observar a vida do cidadão: “os ritmos, suas ocupações, sua organização espaço-temporal, sua cultura clandestina, sua vida subterrânea” (Lefebvre, 1969: 60).

Para o autor, a dimensão imediata e específica do cotidiano estabelece uma relação dialética com outras categorias gerais da vida política, dos processos sociais ligados ao Estado, que incorpora as instituições e as ideologias, ou seja, ela pressupõe contradições.

Lefebvre propõe considerarmos três momentos da produção do espaço: o percebido, o concebido e o vivido, ou ainda: 1) a prática do espaço, sua dimensão material e interação social; 2) a representação do espaço, suas descrições e teorias e 3) os espaços de representação, como dimensão simbólica do espaço (Lefebvre, 1991). Esses três momentos são superpostos e simultâneos, numa dinâmica histórica que não leva a um único caminho, pois se tratam tanto de reprodução quanto de criação, com tempos e ritmos diferentes e coexistentes, do agora e do histórico. A “produção” e o “produto” desse espaço são dimensões inseparáveis na análise crítica das mediações sociais.

Alguns dos principais aspectos questionados por Lefebvre em sua obra diz respeito à organização do espaço urbano e sua relação com os discursos que se apoiam exclusivamente em uma perspectiva “racional” e objetiva, que sustentariam sua configuração. Segundo o autor:

O espaço não é um *objeto científico* descartado pela ideologia ou pela política; ele sempre foi político e estratégico. Se esse espaço tem um aspecto neutro, indiferente em relação ao conteúdo, portanto “puramente” formal, abstrato de uma abstração racional, é precisamente porque ele já está ocupado, ordenado, já foi objeto de estratégias antigas das quais nem sempre se encontram vestígios.[...]. O espaço é político e ideológico (Lefebvre, 2016: 60, grifo do autor).

As pessoas que circulam na cidade não são passivas: querem exercer seu direito de ir e vir, comunicar e se manifestar. Utilizar espaços irregulares, nesse contexto, faz parte



de um movimento de apropriação da cidade, como espaço de tensões e interesses múltiplos. Segundo Lucrécia D'Aléssio Ferrara, a pesquisa no espaço urbano estabelece uma importante relação com as discussões da comunicação:

A cidade relativizada e/ou adequada às peculiaridades das linguagens que nela se desenvolvem supõe uma cidade que não é dada ou posta, mas que se produz como informação, transformação e imaginação de outros modelos de vê-la e vivê-la (Ferrara, 1988: 13).

As relações estabelecidas entre os aspectos culturais e a manifestação concreta da cidade interagem com o projeto urbano idealizado, reforçando ou contestando sua organização no cotidiano. A análise dos cartazes nesse trabalho nos remete à "percepção urbana" (Ferrara, 1993: 18), ou seja, como prática cultural que subsidia uma maneira de compreender a cidade através de sua materialidade, ou seus "fragmentos habituais" (rua, praça, mobiliário urbano, etc.) e seus usos.

A compreensão do ambiente urbano como sistema de signos supõe admitir o usuário como força que interfere no ambiente pelo uso que faz dele, admitir que esse uso é um modo de agir criticamente, impondo a transformação do próprio ambiente supõe admitir que os aspectos puramente técnicos da cidade construída para a sociedade de consumo podem se converter, pelo uso, em instrumentos de crítica (Ferrara, 1988: 54).

A partir da distinção que Michel De Certeau (2004: 201-202) faz de espaço e lugar, pode-se dizer que, de fato, estamos discutindo o "espaço" urbano, aquele que é ligado às práticas, construído e reconstruído constantemente, e não aos "lugares" impostos, estáveis, institucionalizados.

Em suma, o espaço é um lugar praticado. Assim a rua geometricamente definida por um urbanismo é transformada em espaço pelos pedestres. Do mesmo modo, a leitura é o espaço produzido pela prática do lugar constituído por um sistema de signos (De Certeau, 2004: 202).

É através dessa ideia de espaço que entendemos que as pessoas se apropriam, interagem e questionam os problemas sociais e se envolvem politicamente com as práticas do cotidiano. Do ponto de vista de Lefebvre, poderíamos dizer que a produção do espaço se constitui dialeticamente entre esses lugares e espaços, ambos sempre em movimento.

David Harvey (2014) aponta que se deve reconhecer a centralidade de observarmos as práticas de resistência dentro de um contexto amplo das mobilizações sociais e lutas



que configuram a vida cotidiana nas cidades, sem descartar as próprias configurações físicas das cidades, suas características ambientais (Harvey, 2014: 212).

Harvey destaca as contradições e circunstâncias do momento atual, com diferentes características e desdobramentos em contextos diferentes, ainda que, muitas vezes, seja possível reconhecer influências mútuas. Essas influências são observáveis tanto nos movimentos de resistência, em uma "rede global urbana preche de possibilidades políticas" (ibid.:211), quanto na organização de sua repressão. Outras cidades, outros tempos e outras contingências, todas, no entanto, sob a análise crítica do desenvolvimento urbano, implicado na lógica do capitalismo e nos aspectos persistentes dessa lógica.

Mesmo reconhecendo a importância da obra de Lefebvre, sobretudo seu livro "Direito à cidade" (Lefebvre, 1969), Harvey discute a falta de uma definição consistente sobre a ideia de "direito à cidade" e as apropriações recentes desse conceito, que, em sua interpretação, aponta diferentes possibilidades, nem todas efetivamente emancipatórias, particularmente quando se perde seu aspecto coletivo em favor de uma aproximação individualista.

Harvey ressalta a dificuldade que a organização social no contexto urbano apresenta, "fragmentado e dividido, múltiplo em suas aspirações e necessidades" (Harvey, 2014:17), sem apontar uma coerência política clara dentre os movimentos de oposição. Mesmo diante dessa característica, destaca que é possível identificar seu potencial efetivamente revolucionário (ibid.: 216-217) e deve-se evitar uma abordagem que, aprioristicamente, os considerem desvios de pautas "legítimas". Para manter um rigor crítico diante das formas de manifestação social, é preciso entender as especificidades e questionar os mecanismos que reprimem e cooptam as iniciativas populares, assim como a diversidade de formas de resistências, sem subestimá-las. Diante disso, o autor enfatiza a necessidade de refletir sobre o desafio de consolidar alternativas para as questões mais gerais da emancipação social (degradação ambiental, pobreza, desigualdades sociais).

Uma vez que os exemplos nesse artigo utilizam espaços irregulares, a própria colocação dos pequenos cartazes são práticas que contestam essas regulações, expondo outras possibilidades de usos desse tipo de material impresso e instaurando temáticas sociais urgentes, e mesmo insurgentes, presentes no espaço e no tempo daqueles que circulam pelas ruas da cidade.

O que chamamos de espaços institucionalizados de comunicação urbana, nos casos específicos de Curitiba e São Paulo, são aqueles que majoritariamente são



administrados por algumas poucas empresas, que possuem a prerrogativa de explorar comercialmente a circulação de publicidade e propaganda.

Os cartazes de contestação destacam uma outra forma de utilizar o espaço urbano, apropriados pelos habitantes das cidades que circulam nas ruas. Mesmo assim, tal produção normalmente não é reconhecida como demanda ou alternativa legítima de uso do espaço público. Se pensados exclusivamente como poluição visual ou vandalismo, não se questiona, de forma crítica, as limitações representadas pelas regulamentações, que descartam a diversidade e as contradições. Assim, evidencia-se a centralidade do social em relação, ou mesmo atrito, com o ambiente:

É o uso que dinamiza o espaço e o concretiza como modo de ser de uma cidade ou de um modo de viver. A cidade adquire identidade através do uso que conforma e informa o ambiente. A articulação entre percepção e uso urbanos pode dar à participação do usuário nos destinos da cidade uma dimensão concreta e prática (Ferrara, 1988: 75).

São aspectos da negociação simbólica entre os transeuntes, mas, também com as conformações físicas e materiais dos projetos urbanos, indicando convergências e divergências. Dessa maneira, a percepção urbana é ao mesmo tempo informação *da* cidade e *sobre* a cidade.

2. Memória

O cartaz da figura 1 mostra uma montagem que nos remete à primeira página de um jornal, cuja chamada anuncia o centenário da greve geral de 1917. A foto foi tirada na Avenida Paulista, na capital do estado de São Paulo, em julho de 2017. A avenida é conhecida como um dos marcos turísticos da cidade, famosa por concentrar sedes de diversas instituições financeiras, com vários prédios altos enfileirados.

O material já estava parcialmente arrancado na ocasião da foto, sendo que na sua metade inferior não podemos ler todo o conteúdo textual. A composição do cartaz apresenta referências de um período próximo da greve geral de 1917, sendo o principal artifício visual a sobreposição de informações colocadas em uma imagem que reproduz uma página do jornal "A voz do trabalhador". O periódico, produzido pela Confederação Operária Brasileira (COB), já não era editado desde 1915, no entanto, é reconhecido como um importante meio de comunicação para as mobilizações e circulação de informações entre os trabalhadores da época, o que justifica sua escolha como referência do tema. Uma ilustração mostra uma pessoa em pé, representando um escravo recém libertado, com roupas gastas e uma corrente arrebitada nos braços,



de costas, vislumbrando o nascer do sol com a palavra "liberdade" escrita em seu contorno. No chão ao seu redor podemos ver esqueletos e caveiras, indicando que a caminhada desse trabalhador foi árdua.



Figura 1: Cartaz "100 anos de greve geral de 1917", São Paulo - SP.
Fonte: Foto do autor, 2017

Os textos acrescentados posteriormente para o cartaz são facilmente identificados, pois a tipografia é bem diferente da utilizada no jornal original. O tema do "sol" é evocado pela frase "O sol há de brilhar mais uma vez". Além da marca da COB à esquerda, que já aparecia no jornal original, foi também colocada a da Associação Internacional dos Trabalhadores / International Workers Association (AIT - IWA) e Associação Continental Americana dos Trabalhadores (ACAT), ligadas a movimentos anarquistas. Abaixo, aparece em destaque a frase "100 anos da greve geral de 1917". No canto direito, uma lista apresenta algumas das conquistas que esse tipo de mobilização social ajudou a alcançar: "aumento geral dos salários; jornada de 8 horas/dia; descanso remunerado; direito à férias; regularização do trabalho de mulheres e crianças; assistência médica; a



greve foi fundamental para que conquistássemos um mínimo de respeito dentro das fábricas¹".

Para dar uma perspectiva do alcance da greve geral de 1917, cita-se que ela envolveu cerca de 50.000 pessoas na cidade de São Paulo, que, na época, tinha uma população de aproximadamente 400.000 habitantes e foi referencial para futuras negociações entre os operários organizados e a classe dirigente (Biondi, 2009). Entende-se que o intuito do cartaz não se resume a apenas rememorar um evento histórico específico, mas, também, apontar uma trajetória de resistências e lutas sociais especialmente pela mobilização dos trabalhadores, seus desdobramentos e relevância do tema nas condições atuais. Ao listar algumas das conquistas que são resultado da luta histórica dos movimentos sociais, percebe-se que tais condições não foram contempladas desde o início, e sim resultado de um processo longo de resistência.

O conteúdo do cartaz é particularmente importante no contexto brasileiro atual pois, no mesmo ano, seria aprovada a lei nº 13.467 (2017), da reforma trabalhista. Apesar de ser anunciada como uma "modernização", foi bastante criticada pelas organizações de trabalhadores, sendo que em muitos aspectos é inegável seu caráter reacionário. Apenas para citar uma dentre as diversas alterações da alegada "modernização nas relações de trabalho", na nova lei, as gestantes podem trabalhar em locais insalubres, desde que não sejam de grau de insalubridade máxima (Art. 394-A), prática que era vetada anteriormente. Ou seja, lembrar as lutas históricas dos trabalhadores é algo que ganha uma dimensão política de urgência.

Ainda em São Paulo, logo na saída da estação de metro Faria Lima, no bairro de Pinheiros, um muro está cheio de cartazes. O local é bastante movimentado e se encontra nas proximidades de diversas lojas e restaurantes. Esses impressos dispostos lado a lado em duas fileiras formam um conjunto único (Figura 2), reforçado pelo tratamento tipográfico e tamanhos uniformes, além do uso de cores bastante restrito, apenas o branco do papel e as tintas vermelho e preto. Em todas as composições, o uso do vermelho parece remeter a respingos de sangue, apontando, através desse recurso visual, a temática da violência.

¹ Foi possível citar o trecho arrancado por conta de uma anotação posterior ao registro fotográfico, em outro local.



Figura 2: Cartazes "Tortura acontece(u)", São Paulo - SP.
Fonte: Foto do autor, 2016.

A parede cheia de cartazes nos faz pensar que a tortura não foi algo esporádico ou isolado, mas uma prática recorrente. A cada cartaz lemos novos depoimentos terríveis, e, mesmo sem lermos atentamente, o resultado visual do conjunto impressiona por nos remeter aos lastros de sangue deixados pelas vítimas. A orientação do texto, constantemente alternando entre verticais e horizontais, provoca uma leitura desconfortável, assim como seu conteúdo, que descreve os atos violentos.

O título usa um recurso gráfico na terminação do verbo para remeter o tema ao presente e ao passado. "Tortura acontece(u)". Trata-se de uma ação repressiva do Estado reconhecida oficialmente muito tempo depois, ligada ao passado do país, mas, também, a uma realidade que assombra as delegacias brasileiras até os dias de hoje.

O título do cartaz sempre está escrito no topo e lateral direita da composição e, no meio, um texto apresenta um depoimento não assinado. Lemos apenas que o "relato é verídico", conforme observamos na figura 3.

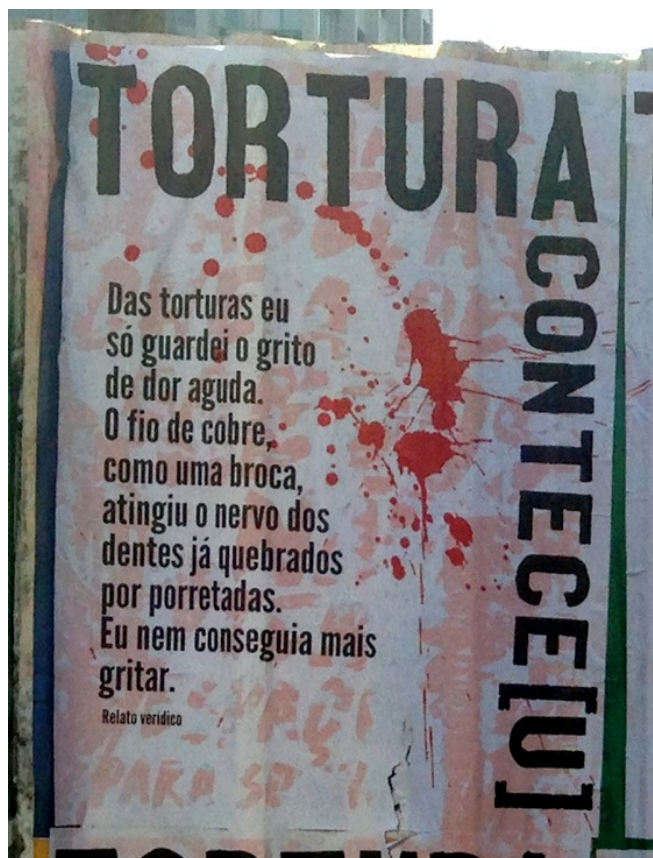


Figura 3: Cartaz "Tortura acontece(u)", São Paulo - SP.
Fonte: Foto do autor, 2016.

O trecho do depoimento em si é sucinto, porém, brutal: "Das torturas eu só guardei o grito de dor aguda. O fio de cobre, como uma broca, atingiu o nervo dos dentes já quebrados por porretadas. Eu nem conseguia mais gritar". A intenção é de lembrar ou informar os transeuntes de uma prática cujas vítimas são questionadas cinicamente sobre a gravidade dos acontecimentos, ocorridos principalmente em um momento histórico não tão distante. Diante de vozes que ousam solicitar o restabelecimento de um regime autoritário, em nome da restauração da "ordem", e negam ou tentam justificar a gravidade das atrocidades cometidas, as mensagens dos cartazes são muito relevantes no contexto brasileiro recente.

3. Políticas Públicas

Os cartazes apresentados anteriormente tratavam de aspectos políticos abrangentes (direitos trabalhistas e violência do Estado) sem citar uma lei específica ou remeterem explicitamente a uma política pública contemporânea, embora, evidentemente, existam correlações e mencionem eventos ou denunciem práticas recorrentes nos dias de hoje.



Os quatro cartazes a seguir se referem à contestação da implementação de uma lei específica. Dentre as diversas mudanças recentes na legislação e na política fiscal, destaca-se o que se chama popularmente de "PEC do Teto" ou "Do fim do mundo", a PEC 55 (Proposta de Emenda Constitucional nº 55, de 2016), promulgada em 15 dezembro de 2016. Esta lei foi aprovada no Senado em segundo turno e anteriormente aprovada no Congresso Nacional com o nome de PEC 241. Pode se dizer que até mesmo a alteração do nome, embora seja prática comum quando a votação muda de casa (do Congresso para o Senado), colabora na falta de clareza quanto a este debate de interesse público amplo, já que anteriormente diversas mobilizações sociais estavam engajadas na discussão da PEC 241. A partir de outubro de 2016, o mesmo texto seria o chamado de PEC 55.

Para a condução das discussões e supostos benefícios e necessidade dessa alteração, analogias com aspectos do dia-a-dia, como o orçamento doméstico, foram utilizados como recurso persuasivo. "Equilibrar as contas públicas" torna-se o mote principal, o termo "austeridade" se tornou corriqueiro e "restaurar a confiança do investidor estrangeiro" se sobrepõe a qualquer demanda relacionada com os direitos básicos. De maneira geral, optou-se por omitir a discussão sobre a complexidade de interesses políticos e econômicos de instituições financeiras e outros grupos, além das consequências das alterações no texto da constituição brasileira de 1988, sem questionar suas contradições e alternativas. A consulta pública eletrônica, disponível para recolher informações da população sobre as matérias discutidas e votadas no Senado² não serviu de parâmetro para os encaminhamentos posteriores. Nela, 23.770 votos (6%) apoiavam a matéria e 345.718 (94%) foram contra.

No contexto da implementação da PEC 55, as despesas, não mais "investimentos", em áreas como Educação, Saúde e mesmo Infraestrutura são ajustadas por um indicador de inflação específico, o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo). O pressuposto é que as condições atuais sejam adequadas nessas áreas, sendo desejável e suficiente apenas a manutenção do quadro atual. A regra (Novo Regime Fiscal) é válida por 20 anos, ou 20 exercícios financeiros conforme o texto da nova lei, com a possibilidade de revisão a partir do décimo ano. A regra anterior à PEC 55, vinculada à uma porcentagem da receita líquida do governo foi considerada inviável.

Os cartazes registrados abordam a questão da PEC 55 (ou PEC 241) em diferentes aspectos. Por terem sido distribuídos de maneira irregular, em locais e formas associadas, muitas vezes, com a ideia de vandalismo e não como ação política legítima,

² Consultado em: <https://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaomateria?id=127337>. Acesso em 20 de março de 2017.



também tensionam questões ligadas à organização da paisagem urbana e às restrições ao uso desses espaços. Todos são pequenos para os padrões de um cartaz convencional e as características do papel (sulfite de baixa gramatura, tamanho A4) são convenientes para uma produção doméstica. Ainda que não se destaquem em espaços amplos, podem ser colados discretamente, em espaços menores, e são apropriados para a leitura por pedestres.

A figura 4 é de um cartaz que foi registrado em uma lixeira pública na Rua Emiliano Pernetá, no centro de Curitiba. Nele, podemos ver o desenho estilizado de um sorridente Michel Temer, que ocupa a presidência do Brasil após o impeachment da presidente Dilma Rousseff em 2016, segurando uma pequena caixa de "gastos públicos" prestes a ser colocada em um congelador. Uma etiqueta indica sua validade, 20 anos. Um pinguim assustado questiona "20 anos? congelados?".



Figura 4: Cartaz "20 anos? congelado?", Curitiba - PR.
Fonte: foto do autor, 2016.

Dentro do congelador já estão caixas que representam a educação, saúde e ações sociais. No aparelho lemos "PEC 241/16" e, em cima dele, um pinguim assustado questiona "20 anos? congelado?".

A ilustração em si já havia sido utilizada em outras mídias, tais como jornais sindicais e *blogs*³, ou seja, não foi pensado originalmente para ser utilizado em um cartaz. Esses processos de apropriação e circulação das imagens ampliam seu alcance através de

³ Como exemplo da distribuição da imagem original em sítios eletrônicos, cita-se: <https://www.revistaforum.com.br/mariafro/2016/08/31/dieese-pec-24116-control-e-gastos-ou-corte-de-direitos/>



espaços públicos. A única diferença perceptível em relação à imagem original é a ausência de cores na versão impressa, o que facilita e barateia sua produção. O transeunte encontra casualmente essa mensagem em seu caminho, não está condicionado com as leituras que realiza no ambiente digital ligados aos seus interesses específicos ou indicações de grupos relacionados nas redes sociais digitais.

A figura 5 apresenta como tema visual principal a duração da vigência do Regime Fiscal, de 20 anos, sob um outro aspecto. A peça gráfica foi fotografada na rua Tibagi em dezembro de 2016. Trata-se da parede externa do Teatro Guaíra, o mais famoso da cidade paranaense.

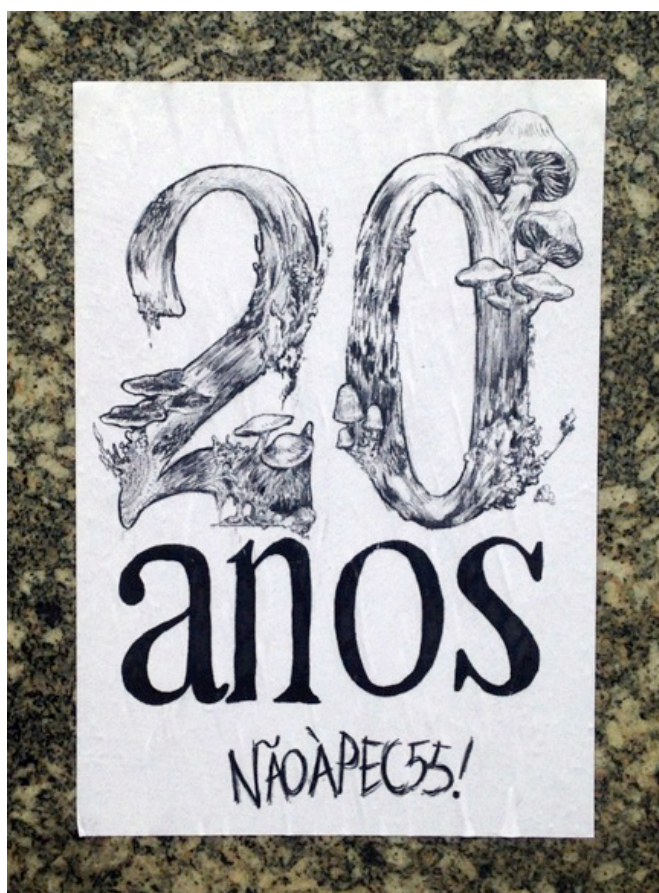


Figura 5: Cartaz "20 anos", Curitiba - PR.
Fonte: foto do autor, 2016.

O desenho das letras é utilizado de forma expressiva (*lettering*), ilustrada. O número 20 é apresentado como representação da passagem de tempo, destacando sua potencial putrefação. Os contornos dos números 2 e 0 estão apodrecendo, onde fungos, principalmente cogumelos, brotam do corpo dos algarismos. O congelador do cartaz anterior poderia representar a estagnação. Aqui está representada a degradação.



Logo abaixo de desenho principal, lemos a palavra "anos" feita à mão, imitando letras serifadas, de uma tipografia tradicional. Na base, com letras rabiscadas, parecendo terem sido escritas com irritação, lemos "Não à PEC 55!". A provocação do cartaz pode ser interpretada com perguntas: A PEC 55 corresponde a um planejamento de longo prazo ou a estagnação e cerceamento da possibilidade de traçar projetos futuros? O que exatamente está se deteriorando?

Uma crítica recorrente a este projeto se refere justamente ao fato de ser uma política de duração muito longa, que atravessa governos futuros. Foi, afinal, uma política proposta por um governo específico, encaminhada por um presidente interino⁴, que propõe uma alteração drástica na Constituição.

A figura 6 exemplifica o uso do cartaz como maneira de relacionar os movimentos de ocupação em instituições de ensino que ocorreram no período com os protestos contra a Proposta de Emenda Constitucional. Em um deles, o texto apoia as mobilizações e ações de contestação dos estudantes e o outro associa tais movimentos com o protesto à PEC 55.



Figura 6: Cartazes "R(exista) Ocupe R(exista)" e "Contra a PEC 55", Curitiba - PR.
Fonte: foto do autor, 2016.

Segundo a Agência Brasil da Empresa Brasil de Comunicação (EBC, 2017), ligada ao Sistema Público de Comunicação, cerca de 1000 instituições de ensino foram ocupadas

⁴ A proposta foi encaminhada ao Congresso, como PEC 241 em 15 de junho de 2016, quando Michel Temer ainda era presidente interino. Temer foi empossado presidente, efetivamente, em 31 de agosto de 2016.



em todo o Brasil, principalmente escolas secundaristas. O estado do Paraná concentrou uma grande parte dessas ações, com quase 850 dessas escolas. A participação intensa dos estudantes também está ligada aos protestos contra a MP 746/2016 (Medida Provisória 746), da Reforma do Ensino Médio. Esta MP, aprovada em 8 de fevereiro de 2017 pelo Senado, altera profundamente as políticas educacionais para o ensino médio. As propostas, que sugerem o aumento da demanda por recursos, foram encaminhadas ao mesmo tempo em que se discutiam as restrições orçamentárias "austeras" na área da Educação pela PEC 55, colocando em dúvida os motivos de tais alterações e avaliadas como um processo que pode fortalecer o discurso que aponta a necessidade da privatização generalizada do ensino.

A foto do cartaz foi realizada em novembro de 2016, na rua Desembargador Westphalen, próximo a instituições que estavam ocupadas por estudantes. Embora impressas em folhas separadas, os conteúdos dos dois cartazes se relacionam. A tipografia, que nos remete às letras grafadas com estêncil, é a mesma em ambos, indicando a unidade entre eles. A composição visual é simples: letras garrafais impressas em preto sobre o papel branco. Um dos cartazes sugere a dupla interpretação de uma das palavras: "R(exista)" e não simplesmente "Resista", enfatizado pela repetição do termo. A reflexão sobre o tema, ocupar o espaço da cidade, questionar as instituições, talvez uma prática necessária para "existir", é o que sugerem os autores do cartaz. O outro cartaz, colado logo abaixo, é ainda mais direto: "Contra a PEC 55".

4. Cotidiano

O cartaz da figura 7 apresenta dados sobre o tema da violência e sua relação com as forças de segurança do Estado e questões raciais. O registro foi realizado em outubro de 2016, na Rua Dr. Faivre em Curitiba.



Figura 7: Cartaz "Contra a conduta racista e genocida das forças policiais", Curitiba - PR.
Fonte: Foto do autor, 2016.

O título do cartaz aparece em destaque na parte superior da composição, "Contra a conduta racista e genocida das forças policiais". A imagem central ilustra esquematicamente o tema principal do cartaz: com traços simplificados, o braço de um indivíduo branco aponta uma arma na cabeça de um negro. Na arma vemos as letras "PM", referindo-se à polícia militar.

Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2017), o homicídio é a causa da morte em quase metade dos casos para os jovens entre 15 e 29 anos (47,8%). Outro dado estarrecedor é que a cada 100 mortes por homicídio, em 71 as vítimas são negras, evidenciando o aspecto de discriminação racial presente no tema. A incidência de vítimas negras é sempre maior em qualquer região do Brasil ou classe social.

O cartaz exige uma apreciação mais lenta para observar suas informações que, em alguma medida, explicam e justificam o conteúdo da imagem. Próximo de um ponto de ônibus, o leitor encontrará um texto alarmante que aponta dados sobre a violência, especialmente sobre os seus desdobramentos em uma sociedade profundamente racista. Nele vemos:

Segundo o Mapa da Violência realizado pelo Centro Brasileiro de Estudos Latino-americanos, os negros correspondem a mais de 70% das vítimas de



homicídio do país; 55% da população admite que a morte de um jovem negro choca menos que a de um jovem branco e 65% dos policiais admitem que dão prioridade em abordagens para os pretos e pardos. Infelizmente, este tipo de conduta não ocorre de forma isolada, ela faz parte da rotina policial. Segundo o relatório realizado pela Anistia Internacional, as forças policiais brasileiras são as que mais matam no mundo, sendo responsável por mais de 55 mil mortes em 2014.

O cartaz é assinado pelo grupo "A Outra Campanha" (AOC), que indica a página virtual do grupo na rede social digital "Facebook" ([facebook/aocparana](https://www.facebook.com/aocparana)). Os assuntos abordados pelo grupo estão alinhados com uma perspectiva crítica de temas diversos de nosso cotidiano, voltados à mobilização política, como os relacionados com a questão da moradia, violência contra a mulher, entre outros que "não cabem nas urnas". A cartilha do grupo deixa explícito esse posicionamento:

Uma política feita desde baixo, por todos e todas que sentem diariamente as dores de se viver numa realidade de injustiça, dominação, miséria e discriminação, mas também de esperança e força de vontade para mudar desde agora as condições que nos cercam e as relações que nos tocam (AOC, 2016: 3).

A "campanha" nos remete diretamente às campanhas políticas das eleições, mas é sobretudo originalmente uma referência ao "La Otra Campaña". Esta é uma organização política ligada aos movimentos zapatistas no México, criada em 2005. Esta associação estabelece a ligação de origem latino-americana de ambos os grupos.

O cartaz da figura 8, registrado na Rua Augusta em São Paulo, é assinado por "feminicidade.com.br". Novamente é um tipo de produção de cartazes que fazem parte de projetos vinculados explicitamente com coletivos e movimentos sociais.



Figura 8: Cartaz "Feminicidade", São Paulo - SP.
Fonte: Foto do autor, 2016

No sítio eletrônico indicado podemos entender melhor a proposta do material, além de termos acesso a arquivos digitais para a produção de mais cartazes. A produção e a distribuição dos cartazes fazem parte de uma série de ações ligadas à questão de gênero, que fomentam discussões sobre o tema e registram falas de mulheres em algumas cidades brasileiras (São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília), ligadas à ideia de dar visibilidade para essas vozes.

Esse cartaz faz parte de um dos 23 modelos diferentes, cada um com um retrato, nome do projeto, assinatura com o endereço do sítio eletrônico, e o trecho de uma fala registrada pelo projeto. As impressões são sempre em preto sobre papéis que podem ser coloridos. A transcrição da fala logo abaixo do retrato de uma senhora idosa sentada é "Ela não se incomoda em dizer num momento de tanto descrédito político, que ela acompanha, gosta, opina e faz política". A citação aborda de forma clara questões de gênero e de geração, fazendo um comentário sobre as relações pessoais no dia-a-dia. Essa é uma situação que muitos transeuntes podem se identificar, evidenciando a relação entre política e cotidiano.

Embora exemplos dos cartazes do "feminicidade" pudessem ser encontrados em diversos espaços da cidade, este, em particular, foi registrado no tapume de um prédio



que estava ocupado pelo Movimento pela Moradia (MMC) da cidade de São Paulo (figura 9), um dos coletivos ligados aos movimentos dos sem-teto. Nesse espaço fica bem marcada a sobreposição de formas de contestação e reivindicações diversas na paisagem urbana, onde a pauta de lutas e resistências se apresentam de forma contundente.



Figura 9: Prédio ocupado pelo MMC em São Paulo - SP.
Fonte: Foto do autor, 2016

Considerações

A separação dos cartazes em três tópicos (memória, políticas públicas e cotidiano) aponta uma possibilidade de categorização, que destaca um aspecto mais pronunciado na análise desses artefatos. O objetivo é valorizar a variedade de temas, no entanto, é possível afirmar que em cada um deles existe a sobreposição das três categorias, dependendo do viés interpretativo.

Outro aspecto a se destacar nesses exemplos é que na metade deles observamos a ausência de uma assinatura, não se identificam indivíduos nem coletivos ou entidades específicas. Esse anonimato deliberado pode ser atribuído a uma precaução de seus autores, por se tratar de materiais colados irregularmente, mas também a uma ideia de que as mensagens foram colocadas para apresentar um ponto de vista coletivo, amplo. Seu aspecto irregular já é por si só algo que gera uma tensão com o ambiente. As regulamentações que envolvem a poluição visual são importantes aspectos da discussão sobre os centros urbanos e exigem uma abordagem interdisciplinar, que



considere os múltiplos fatores envolvidos em sua complexidade, tais como os econômicos, culturais e históricos.

Nos exemplos apresentados, foi possível constatar a presença de perspectivas contestatórias sobre as condições que aprofundam problemas ligados às questões trabalhistas e formas de organização social, à violência racial e de gênero, a políticas públicas para a educação e saúde, além de subverterem as formas de utilização do espaço público prescritas.

Essas manifestações de perspectivas contestatórias ampliam o horizonte de interpretações sobre os conflitos sociais e podem contribuir nas reflexões acerca das formas de uso e vivência da cidade e fomentar o debate sobre esses temas.

Entende-se que o viés teórico proposto por Lefebvre, assim como dos outros autores citados, contribui na interpretação das práticas de resistência apresentadas, de apropriação da paisagem urbana pela ação direta dos indivíduos, mas, também, como parte de uma mobilização ampla, coletiva, relacionadas com questões de grande amplitude social. Ao ressaltar as limitações de abordagens disciplinares restritivas e elaborar uma teoria onde a produção do espaço é invariavelmente política, histórica, constituída por interesses e lutas sociais, o autor aponta, também, uma possibilidade de dar destaque à produção de imagens nesse contexto.

Esses cartazes fazem parte das relações de convivência nas cidades, como produção do espaço, e instiga posicionamentos críticos e não hegemônicos. Analisar e refletir sobre esses artefatos é dar maior visibilidade e localizar estratégias de contestação, produção material e simbólica que podem ser entendidas como práticas de resistência.

Referências bibliográficas

A outra Campanha [AOC] (2016). *Cartilha da “A outra Campanha”*. Consultado em: <https://organizacao popular.wordpress.com/outra-campanha>.

Biondi, L. (2009). A greve geral de 1917 em São Paulo e a imigração italiana: novas perspectivas. *Cadernos AEL*, v.15, n.27, 259-310. Consultado em: <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ael/article/view/2577>.

De Certeau, M. (1994). *A invenção do cotidiano*. 1: Artes de fazer. Petrópolis: Vozes.

Empresa Brasil de Comunicação [EBC]. (2017). Consultado em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2016-10/mais-de-mil-escolas-do-pais-estao-ocupadas-em-protesto-entenda-o-movimento>.

Ferrara, L. D. (1988). *Ver a cidade*. São Paulo: Nobel.

Ferrara, L. D. (1993). *Olhar periférico*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

Harvey, D. (2014). *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo: Martins Fontes.



Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada [IPEA]. (2017). *Atlas da Violência 2017*. Consultado em: <<http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/>>.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE]. (2017). Consultado em: <https://cidades.ibge.gov.br/>

Lefebvre, H. (1969). *O direito à cidade*. São Paulo: Editora Documentos.

Lefebvre, H. (1991). *The production of space*. Massachusetts: Blackwell.

Lefebvre, H. (2003). *The urban revolution*. Minneapolis: University of Minnesota Press.

Lefebvre, H. (2016). *Espaço e Política. O direito à cidade II*. Belo Horizonte: Editora UFMG.

Lei nº 13.467 de 13 de julho de 2017 (2017). Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nºs 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. Consultado em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm

Limonad, E. (1999) Reflexões sobre o espaço, o urbano e a urbanização. *GEOgraphia*. Ano 1, No 1, 71-91. Consultado em: <http://www.geographia.uff.br/index.php/geographia/article/view/7>

Schmid, C. (2012). A teoria da produção do espaço de Henri Lefebvre: em direção a uma dialética tridimensional. *GEOUSP: Espaço e Tempo (Online)*, 0(32), 89-109. doi:<http://dx.doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2012.74284>.

Kando Fukushima é doutorando do programa de pós-graduação em Tecnologia e Sociedade da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR/Brasil), na linha de pesquisa Mediações e Culturas. É professor adjunto do Departamento Acadêmico de Desenho Industrial da mesma instituição. Possui graduação em Design Gráfico (Universidade Federal do Paraná / 2001), especialização em História da Arte (Escola de Música e Belas Artes do Paraná / 2005) e mestrado em Tecnologia (UTFPR / 2007).

✉ kandof@gmail.com

Marilda Lopes Pinheiro Queluz é doutora em Comunicação e Semiótica (PUC-SP), mestre em História Social (UFPR), graduada em História (UFPR) e em Artes (UFPR). É professora e pesquisadora da linha de Mediações e Culturas do Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade (PPGTE), na Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Tem se dedicado ao estudo da história da arte brasileira, do humor gráfico e dos quadrinhos. Coordena o grupo de pesquisa Design & Cultura da UTFPR.

✉ pqueluz@gmail.com